

Análise dos efeitos das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional a partir de indicadores da FAO**Analysis of the effects of public food and nutritional security policies based on FAO indicators**

Recebimento dos originais: 02/03/2018

Aceitação para publicação: 30/03/2018

Mariza de Almeida

Mestranda em Economia e Desenvolvimento

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria

Endereço: Av. Roraima nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS, Brasil

E-mail: mariza.de.almeida@hotmail.com

Jéssica Natany Silva Dantas

Mestranda em Economia e Desenvolvimento

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria

Endereço: Av. Roraima nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS, Brasil

E-mail: jessica_natany15@hotmail.com

Jéssica de Lima da Vida Pellenz

Mestranda em Economia e Desenvolvimento

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria

Endereço: Av. Roraima nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS, Brasil

E-mail: jessipellenz@gmail.com

Amanda Guareschi

Doutoranda em Desenvolvimento Rural

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Av. João Pessoa, 31, 1º andar, Porto Alegre/RS, Brasil

E-mail: amandaguareschi@gmail.com

RESUMO

As discussões sobre a Segurança Alimentar tornaram-se importantes para o desenvolvimento das nações como também para assegurar às populações o direito a uma alimentação saudável, e conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida. No Brasil, devido aos grandes problemas referentes à miséria, começou-se a elaborar políticas públicas que tem como objetivo superar a fome, a pobreza e assegurar os direitos humanos. O presente artigo buscou analisar a situação atual da segurança alimentar no Brasil, por meio das políticas públicas e dos planos do governo criados para combater a fome e a desnutrição no país. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, com dados secundários obtidos na Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), em que se analisaram cinco indicadores que influenciam na segurança alimentar brasileira. Os principais resultados da pesquisa indicaram que nos últimos anos ocorreu uma alta nos preços dos

alimentos, deixando a população em vulnerabilidade com difícil acesso aos alimentos. A variabilidade do fornecimento dos alimentos teve uma queda, mostrando que o Brasil está fornecendo mais alimentos à população, um dos fatores dessa diminuição pode ser o aumento da produção de alimentos. Com a implementação de políticas públicas, planos e a transferência de renda para as famílias em vulnerabilidade, os índices de subalimentação e subnutrição apresentaram queda, demonstrando que a quantidade que um indivíduo consome de calorias insuficientes para manter energia para vida ativa e saudável diminuiu, assim como, a incapacidade de adquirir alimentos suficientes para o dia por indivíduo.

Palavras Chave: Segurança Alimentar; Políticas Públicas; Fome.

ABSTRACT

The discussions on Food Security have become important for the development of nations as well as to ensure to the populations the right to a healthy diet, and as a result, a better life quality. In Brazil, due to the problems related to misery, public policies began to be developed aiming to overcome hunger, poverty and ensure human rights. This article sought to analyze the current food security situation in Brazil, by means of the policies and government plans created to fight hunger and malnutrition in the country. For that, a descriptive research was made with secondary data obtained from Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), in which five indicators that influence Brazilian food security were analyzed. The main research results indicate that in the last years there has been a rise in food prices, leaving the population vulnerable with difficult access to food. The variability of food supply dropped, showing that Brazil is supplying more food to the population, one of the factors of this decrease may be the increase in food production. With the implementation of public policies, plans, and the transfer of income to vulnerable families, malnutrition rates declined, demonstrating that the amount of insufficient calories consumed by an individual to maintain energy for an active and healthy life decreased, as well as the inability to acquire enough food for the day per individual.

Keywords: Food Security. Public Policies. Hunger.

1 INTRODUÇÃO

O bem mais estimado em todo o mundo é a vida humana, e o direito de tê-la deve ser garantido em todas as suas formas, isto é claro, dentro dos padrões de cada país. Portanto, cada indivíduo precisa ter acesso a uma alimentação de boa qualidade, não apenas para sua sobrevivência, mas principalmente para possibilitar uma vida saudável e digna.

A Organização das Nações Unidas (ONU), devido à crise de produção que o mundo vivenciou após a Segunda Guerra, deu início às discussões no intuito de minimizar a fome no mundo, dando importância ao tema de Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que, articulava que todos os indivíduos têm o direito a alimentação, e que esta tem que ser de boa qualidade.

No que diz respeito à qualidade, cabe aos órgãos responsáveis vistoriar a produção dos alimentos. Na literatura internacional, essa temática aparece discutida através da expressão *Food Safety*, que traz o contexto da discussão da segurança do próprio alimento. Diante disso, o presente artigo buscou analisar a situação atual de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, por meio das políticas públicas e dos planos do governo criados para combater a fome e a desnutrição no país, assegurando a qualidade dos alimentos na produção.

Os procedimentos metodológicos adotados no presente artigo explicitam uma pesquisa descritiva, que contou com dados secundários, obtidos na *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO). Esses apresentam um panorama de alguns indicadores que influenciam na segurança alimentar no Brasil e contemplam informações sobre: a prevalência de subalimentação; o número de pessoas subnutridas (milhões); o valor médio da produção de alimentos (I\$ constante por pessoa), que é uma média feita de 3 em 3 anos entre o período de 1989 a 2015. Além disso, tem-se a variabilidade do fornecimento de alimentos *per capita* (kcal/pessoa/dia) e o índice nacional de preços dos alimentos no período de 1990 a 2015.

A segurança alimentar e nutricional merece destaque, pois é influenciadora no desenvolvimento dos países, e é importante para entender os efeitos e desafios das variáveis que a constituem. Além da introdução, este artigo constitui-se com algumas considerações sobre segurança alimentar na perspectiva internacional e brasileira, assim como, as políticas e programas de incentivo oferecidos pelo Governo Federal. Tem-se ainda, uma análise da situação atual do Brasil, com base em dados da FAO, e por fim, as considerações finais.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR, PLANOS NACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME

O conceito de segurança alimentar surgiu na Europa a partir da II Grande Guerra Mundial, de acordo com Belik(2003) quando os países se encontravam sem condições de produzir o seu próprio alimento. Portanto, a origem desse conceito está ligada a segurança e a capacidade dos países de produzir seu próprio alimento, ou seja, a população tem direito ao acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade.

Inicialmente, o principal foco era o alimento, ou seja, aumentar a produção de alimento, uma vez que, a preocupação mundial estava associada com a crise alimentar, desejando combater a situação da fome e desnutrição dos países. No decorrer de 1974, durante a primeira Conferência Mundial da Alimentação (CMA), a FAO estabelece discussões sobre a escassez de alimentos, tinha como prioridade: intensificar a produção e a produtividade dos alimentos, aumentar a utilização de

insumos, ampliar o consumo e a distribuição dos alimentos, debater a criação de um sistema de segurança alimentar mundial viável, investigar a produção dos alimentos, melhorar a alimentação, avaliar a potencial produção da terra e, entre outros (MANIGLIA, 2009; FAO, 2000).

A Conferência Internacional de Nutrição, FAO e Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1992, cria um conceito de segurança alimentar, estimulando o uso de água adequada, saneamento básico, saúde pública, alimentos de boa qualidade (MANIGLIA, 2009). Além disso, para Takagi (2006) um dos principais objetivos da FAO era erradicar a fome no mundo. Assim, em 1996, durante a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, reunindo 185 países, discutiu-se sobre a soberania alimentar e o compromisso global de eliminar a fome e a subnutrição, alcançando uma segurança alimentar para todas as populações desses países.

Preocupada com a produção de alimentos, a FAO determina que os países produzam alimentos adequados, ou seja, exige que os alimentos sejam de qualidade, possibilitando a segurança alimentar das populações. Está vinculada à agricultura, priorizando a agricultura familiar, o comércio na região e a integração ativa com a agroindústria alimentar (MANIGLIA, 2009).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil é o cumprimento da legislação de que todos os seres humanos tem o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, proporcionando uma vida saudável, quantidade suficiente para a nutrição, água potável, saneamento básico, educação, que respeitam a diversidade cultural, social, econômica e o ambiente sustentável, exigindo a organização dos municípios, dos estados e da nação brasileira (KEPPLE, 2014; SANTOS, 2012).

No Brasil, em 2003, as discussões sobre a SAN contribuíram com a criação do Programa Fome Zero, que foi substituído pelo programa Bolsa Família, Lei nº 10.836/2004, unindo os programas sociais do país, e reinstalou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), sob o decreto Nº 4.582/2003, que foi regulamentado no ano de 2007. Criou-se também o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) (TAKAGI, 2006; SANTOS, 2012; MANIGLIA, 2009; KEPPLE, 2014).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em 2006, institui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e aprova a Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Estas leis têm como objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, destacando a participação de diversos setores, gerando a transparência e a exigibilidade do direito (AMARAL; BASSO, 2016).

Em 2010, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) proporciona dois acontecimentos importantes: o primeiro foi a Emenda Constitucional, ou seja, a alimentação tornou-

se um direito social e o segundo foi à regulamentação do Decreto no 7.272, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (KEPPLE, 2014).

Com o intuito de haver uma segurança alimentar maior, o combate à pobreza, superação da fome e, juntamente, um desenvolvimento econômico e social, o governo criou programas sociais, iniciando pelo programa Fome Zero do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que priorizou a erradicação da fome e, que posteriormente, tornou-se o programa Bolsa Família (TOMAZINI; LEITE, 2016; KEPPLE, 2014).

Devido à necessidade de políticas de proteção, de disponibilidade e de produção de alimentos, desenvolveram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fazendo com que programas de distribuição de renda e de fomento as atividades produtivas rurais fossem criadas (KEPPLE, 2014). Para a agricultura, tem-se uma atenção específica, mais precisamente, para os pequenos produtores, assim pode-se dizer de acordo com MDA (2017) que os principais programas sociais e econômicos que os beneficiam, são: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programa de Agroindústria; Programa de Turismo Rural; Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Garantia-Safra; Programa Mais Gestão; Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel; Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural; Programa Nacional de Alimentação Escolar; e, Programa mais Alimentos.

O primeiro e principal programa de incentivo aos agricultores, foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado com o propósito de auxiliar os agricultores por meio de crédito agrícola e, de demonstrar a ligação com o sistema agroalimentar, com o mercado de trabalho e com os aspectos intrafamiliares dos agricultores (SCHNEIDER, 2003).

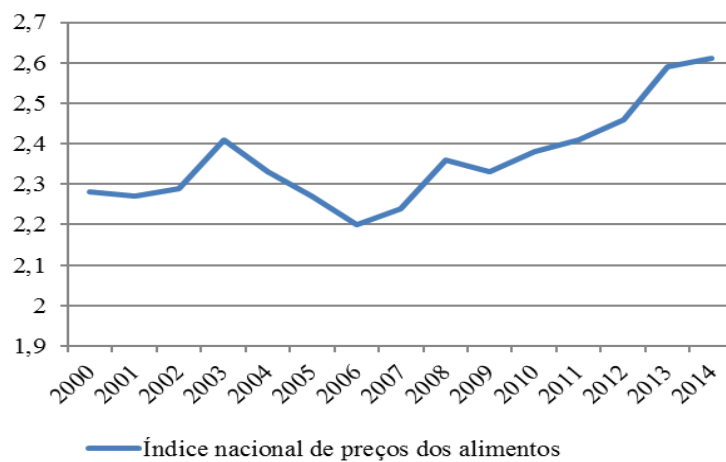
Os programas e ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil, geraram gastos federais em 2013, cerca de R\$ 78 bilhões no total (KEPPLE, 2014). Além disso, de acordo com Grisa e Porto (2015), entre esses programas de incentivo à agricultura familiar, ganha destaque o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), esses programas são vinculados ao Pronaf, e foram os primeiros a tratar de compras públicas de alimentos exclusivos da agricultura familiar. Esses programas impactam também em alguns indicadores de segurança alimentar, estes, serão apresentados com maiores detalhes no próximo tópico.

3 SITUAÇÃO ATUAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

O Brasil, atualmente, conta com uma população com mais de 207 milhões de habitantes, sendo que para assegurar alimentação, saúde, educação, entre outros fatores importantes para o desenvolvimento humano, precisou no decorrer dos últimos anos implementar políticas públicas (IBGE, 2017). Por meio de dados secundários obtidos na FAO, serão apresentados neste tópico alguns indicadores que influenciam na situação atual da segurança alimentar do Brasil.

Observa-se que o índice nacional de preços dos alimentos é uma medida da variação mensal nos preços de uma cesta de produtos alimentares. Conforme mostra a Figura 1, durante os anos de 2003 a 2006 teve uma queda, passando de 2,4 para 2,2. Porém, do ano de 2007 em diante, o índice aumentou constantemente. Desta forma, pode-se perceber uma variação mensal dos preços dos produtos alimentícios, que causam impactos (perturbações) nas refeições dos indivíduos.

Figura 1 – Índice nacional de preços dos alimentos



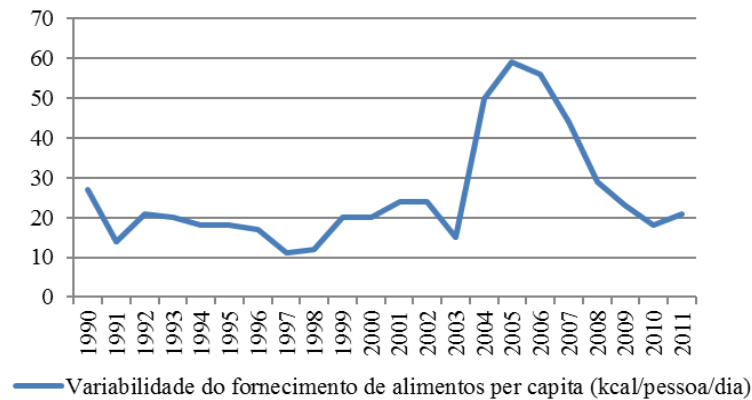
Fonte: Elaborada pelo autor, com base na FAO (2017).

No momento de adquirir um alimento, a população leva em consideração o preço, fazendo a substituição dos alimentos com preço mais alto (BELIK; CUNHA, 2015). Devido a este alto nos preços, muitas famílias tem sua sobrevivência ameaçada. De acordo com Silva e Tavares (2008), uma melhor distribuição de renda, por meio de programas de geração de emprego, juntamente, com a distribuição de alimentos para os indivíduos pobres, faz com que as famílias se protejam e tenham acesso a alimentos de qualidade.

Na Figura 2, demonstra-se a variabilidade do fornecimento de alimentos *per capita* (kcal/pessoa/dia), esse valor tem como base a quantidade de produção, quantidade de importação e

a variação de estoque, menos, a quantidade de exportação, fabricação de alimentos e entre outros. Identifica-se que durante os anos de 1990 até 2002, o fornecimento estava entre 10 e 30 kcal/pessoa/dia. Após 2002, houve um aumento drástico, até 59 kcal/pessoa/dia, porém, de 2005 em diante, a variabilidade do fornecimento de alimentos diminuiu.

Figura 2 – Variabilidade do fornecimento de alimentos per capita (kcal/pessoa/dia)

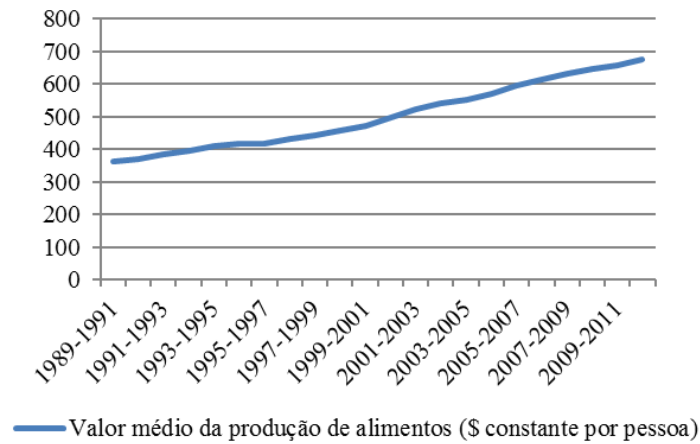


Fonte: Elaborada pelo autor, com base na FAO (2017).

No intuito de promover um melhor abastecimento alimentar das regiões, minimizar os problemas com o fornecimento adequado, e a qualidade dos alimentos, o governo brasileiro criou as Centrais de Abastecimento (CA) e as compras governamentais de alimentos (CG), estas por sua vez têm por objetivo organizar e modernizar a estrutura de produção e fornecer alimentos. (BELIK; CUNHA, 2015).

O valor médio da produção de alimentos em dólares por pessoa pode ser visualizado na Figura 3, que mostra o tamanho econômico relativo do setor de produção de alimentos no país. Assim, pode-se dizer, que no decorrer dos 20 anos a produção de alimentos no Brasil vem, constantemente crescendo, deslocando de um valor de \$363 por pessoa em 1989-1991 para \$675 em 2011-2013.

Figura 3 – Valor médio da produção de alimentos (\$ constante por pessoa)

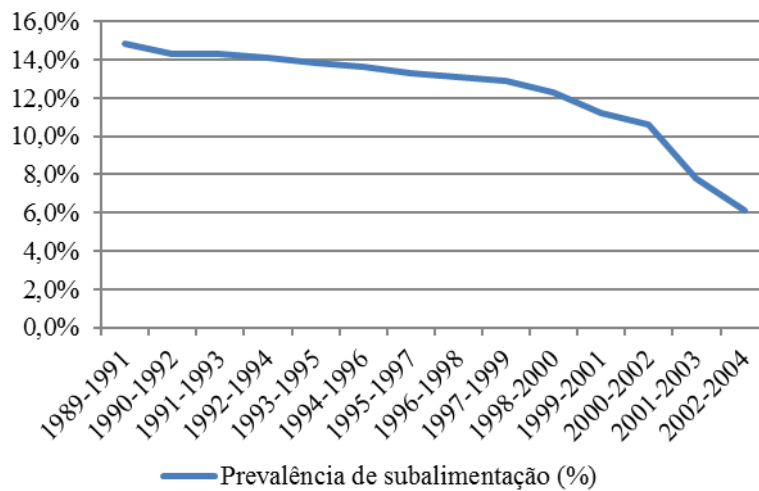


Fonte: Elaborada pelo autor, com base na FAO (2017).

A produção de alimentos apresentou um aumento significativo nos últimos anos, esse fato, de acordo com Triches (2015) se deve a melhor organização do governo referente a programas para a agricultura familiar, melhoras na logística de distribuição, além do incentivo a criação de associações e cooperativas.

Constata-se na Figura 4, que a prevalência de subalimentação no Brasil teve uma queda nos últimos anos, este indicador demonstra a quantidade que um indivíduo consome de calorias insuficientes para manter energia para vida ativa e saudável. Desta forma, nota-se que 14,8% da população em 1989-1991 e em 2003-2005 6,1%, consomem calorias insuficientes para uma vida saudável. Essa variável impacta, diretamente, nos níveis de fome, neste caso, obteve-se um impacto positivo, pois ocorreu uma diminuição no consumo de alimentos com calorias insuficientes.

Figura 4 – Prevalência de subalimentação (%)

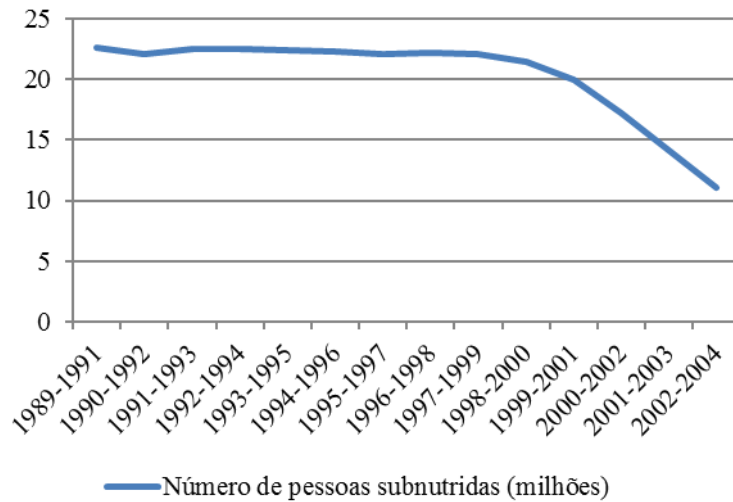


Fonte: Elaborada pelo autor, com base na FAO (2017).

Quando se trata do assunto de consumo de alimentos com calorias insuficientes para manter energia para vida saudável de privação a alimentação, de acordo com Grisa e Porto (2015), o governo brasileiro criou alguns programas, inicialmente, o fome zero, e no decorrer dos últimos anos, o PAA, o PNAE, entre outros. Esses buscam adquirir alimentos de agricultores e de suas organizações, e distribuir para escolas e grupos de pessoas em vulnerabilidade.

O número de pessoas subnutridas no Brasil é apresentado na Figura 5, por meio desta, pode-se identificar que este número vem diminuindo. Assim, a subnutrição, que caracteriza a incapacidade de adquirir alimentos suficientes para o dia durante o período de um ano, esteve presente em 22,6 milhões de pessoas no Brasil em 1989-1991, já em 2002-2004 a subnutrição atingia 11,1 milhões de pessoas.

Figura 5 – Número de pessoas subnutridas (milhões)



Fonte: Elaborada pelo autor, com base na FAO (2017).

Para Triches (2015), a nova formação do Estado, por meio de políticas públicas, como a de Segurança Alimentar e Nutricional, pretendia melhorar as condições nutricionais da população, trazer alimentos de qualidade, proporcionar melhores hábitos alimentares, além de gerar inclusão dos pequenos produtores.

A segurança alimentar no Brasil, quando analisada por meio desses indicadores, obteve melhoras consideráveis. Nota-se a diminuição na subalimentação e subnutrição, mas tem-se o aumento dos preços dos alimentos, porém existem políticas para a sua estabilização no futuro. Assim, percebe-se que o PLANSAN, juntamente, com as políticas públicas está melhorando a segurança alimentar no Brasil e alcançando o direito humano à alimentação adequada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança alimentar é de suma importância para a sociedade, já que, esta garante o direito da população a uma alimentação adequada e não apenas para sua sobrevivência. Com a implementação SAN, percebesse a melhoria na situação da fome e da miséria no país. Desta forma, o presente artigo teve como objetivo identificar as políticas públicas e atual situação do Brasil, referente a SAN.

Da análise dos indicadores, por meio dos dados obtidos na FAO, observa-se que houve uma redução na fome no Brasil e, que implementação das políticas públicas impactaram positivamente

para melhorar a segurança alimentar, e assim fornecer uma quantidade de alimentos necessária para a sobrevivência, sempre mantendo a qualidade.

O governo brasileiro vem no decorrer das últimas duas décadas, trabalhando para proporcionar uma qualidade de vida melhor para os indivíduos em vulnerabilidade. Além disso, busca diminuir a desigualdade social e desenvolver economicamente e socialmente o país, sendo que um das formas adotadas foi à busca pela SAN.

A partir dos indicadores, nota-se uma elevação nos preços, porém, o governo vem se empenhando para haver uma distribuição de renda melhor. Ademais, as programas voltados à agricultura, possibilitaram um aumento na produção de alimentos e uma diminuição na variabilidade de fornecimento de alimentos insuficientes para uma vida saudável. Entre estes programas, ganha destaque o Pronaf, que oferece crédito aos agricultores, ajudando estesa aumentar a produção e melhorar sua qualidade de vida e de suas respectivas famílias.

Além disso, pode-se perceber que a subnutrição e a subalimentação diminuíram nos últimos anos, mas o Brasil ainda assim, não atingiu a sua meta de combate à fome. Os programas PAA e PNAE, foram de grande importância, pois eles fornecem alimentos para crianças e famílias em vulnerabilidade, energia para uma vida ativa e saudável, além de diminuir o desperdício de alimentos. Há espaço para explorar mais sobre o assunto, principalmente, quando se trata do assunto de que o Brasil é dos maiores produtores de alimentos, porém, apresenta índices de subnutrição e subalimentação ainda altos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Volmir Ribeiro do; BASSO, David. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica.** COLÓQUIO, v. 13, n. 1, p. 181-200, 2016.

BELIK, Walter; CUNHA, Altivo R. A. de Almeida. **Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural.** In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Ufrgs, 2015. p. 217-235.

BELIK, Walter. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Saúde e sociedade, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Segurança alimentar** Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Situação da Governança da Segurança Alimentar e Nutricional e Papel da Agricultura Familiar nos Países da CPLP**. Brasil: Fao, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Win 7/Downloads/Estudo-CPLP-Mar-2013-verso-longa.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. **The State of Food and Agriculture**. Disponível em: <<http://www.fao.org/home/en/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

GRISA, Cátia; PORTO, Sílvio Isopo. **Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural**. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Ufrgs, 2015. p. 155-180.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. IBGE 2017. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

KEPPLE, A. W. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional**. Brasília: FAO, Relatório, 2014.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/programas>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SANTOS, André Rodrigues dos, et al. **Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos resultados do programa de aquisição de alimentos (PAA doação simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais**. Cadernos Gestão Social, v. 3, n. 1, p. 9-24, 2012.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p.99-121, jan. 2003.

TAKAGI, Maya. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios.** 2006. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Aplicada, Unicamp, Campinas, 2006. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286223/1/Takagi_Maya_D.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

TRICHES, Rozane Marcia. **Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural.** In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Ufrgs, 2015. p. 181-200.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. **Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?.** Rev. Sociol. Polit., [s.l.], v. 24, n. 58, p.13-30, jun. 2016. FapUNIFESP (SCIELO). <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245801>>. Acesso em: 15 jun. 2017.